

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS A PARTIR DO USO DE MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS¹

ASISTENCIA EDUCATIVA ESPECIALIZADA EN EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA: POSIBILIDADES Y DESAFÍOS DEL USO DE MATERIALES DIDÁCTICO-PEDAGÓGICOS

SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: POSSIBILITIES AND CHALLENGES FROM THE USE OF DIDACTIC-PEDAGOGICAL MATERIALS

Ana Sara Castaman*
ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br

Marta Marques*
marta.marques@sertao.ifrs.edu.br

Angélica Tommasini*
Angelicatommasini1@gmail.com

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Sertão, RS, Brasil

Resumo

Este estudo tem como objetivo conhecer acerca dos conceitos e fundamentos do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de bibliografias e de documentos, de modo a embasar um relato de experiência acerca da construção e aplicação de materiais didático-pedagógicos no ensino de estudantes que frequentam o AEE, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus Sertão*. Assim, a partir de um estudo de caso de abordagem qualitativa, o ensaio divide-se em duas partes: a) trata dos conceitos, finalidades e práticas pedagógicas do AEE; b) aborda a experiência de produção e aplicação de materiais didático-pedagógicos no AEE, na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Os resultados indicam que o AEE vem ocupando um importante espaço dentro das instituições de ensino, em especial, no IFRS - *Campus Sertão*. Para tanto, o uso dos materiais didático-pedagógicos podem ser um aliado ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com especificidades.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento educacional especializado; Sala de recursos multifuncional; Materiais didático-pedagógicos.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo aprender sobre los conceptos y fundamentos del Servicio Educativo Especializado (AEE), a partir de bibliografías y documentos, con el fin de apoyar un informe de experiencia sobre la construcción y aplicación de materiales didáctico-pedagógicos en la enseñanza de estudiantes que asistir a AEE, en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus Sertão*. Por lo tanto, basado en un estudio de caso con un enfoque cualitativo, el ensayo se divide en dos partes: a) trata los conceptos, propósitos y prácticas pedagógicas de la AEE; b) aborda la experiencia de producir y aplicar materiales didáctico-pedagógicos en AEE, en Educación Vocacional y Tecnológica (EPT). Los resultados indican que AEE ha estado ocupando un espacio importante dentro de las instituciones educativas, especialmente en las IFRS - *Campus Sertão*. Por lo tanto, el uso de

¹ O estudo não recebeu auxílio financeiro de agências de fomento.

materiales didáctico-pedagógicos puede ser un aliado para el proceso de enseñanza y aprendizaje de estudiantes con especificidades.

PALABRAS CLAVE: Asistencia educativa especializada; Sala de recursos multifuncionales; Materiales didáctico-pedagógicos.

Abstract

This study aims to learn about the concepts and fundamentals of Specialized Educational Service (AEE), from bibliographies and documents, in order to support an experience report on the construction and application of didactic-pedagogical materials in the teaching of students who attend AEE, at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão. Thus, based on a case study with a qualitative approach, the essay is divided into two parts: a) it deals with the concepts, purposes and pedagogical practices of the ESA; b) addresses the experience of producing and applying didactic-pedagogical materials in the AEE, in Vocational and Technological Education (EPT). The results indicate that AEE has been occupying an important space within educational institutions, especially at IFRS - Campus Sertão. Therefore, the use of didactic-pedagogical materials can be an ally to the teaching and learning process of students with specificities.

KEYWORDS: Specialized educational attendance; Multifunctional resource room; Didactic-pedagogical materials.

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), constitui-se como um marco da democratização no país. Em seu Art. 205, alude que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa [...]”. A Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovada em Jomtien, Tailândia, em 1990 (BRASIL, 1990) tem como propósito garantir o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Em seu Art. 3º, trata da universalização do acesso à educação de todos no sistema educativo e do princípio de equidade.

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), reafirma o compromisso com a proposta de Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a relevância de se ofertar uma educação de qualidade para os estudantes com deficiência no sistema de ensino regular. A Convenção acerca dos direitos das pessoas com deficiência, ratificada pelo Brasil pelo Decreto nº 186 (BRASIL, 2008a), que aprova o seu texto e seu Protocolo Facultativo e do Decreto nº 6.949 (BRASIL, 2009a), que promulga a Convenção e seu Protocolo Facultativo, tem como finalidade “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2009a, p. 3).

Nesta perspectiva, observou-se uma crescente inclusão de estudantes com especificidades² nas escolas regulares, tendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assegurado no inciso III, do Art. 208, da referida Constituição. O AEE caracteriza-se por realizar atividades que agregam ao currículo, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e da sinalização e da tecnologia assistiva. Por meio do processo de escolarização, esse atendimento deve estar atrelado ao ensino comum, sendo acompanhado

² Neste texto mantém-se a nomenclatura citada em cada documento, para evidenciar localizações cronológicas e políticas da discussão feita. Porém, emprega-se nas argumentações do presente texto, o termo estudantes com especificidades. Rech (2010), em sua dissertação, apresenta às diferentes nomenclaturas que foram sendo criadas nas últimas décadas e, Menezes (2011), marca em sua tese, que essas nomeações alteraram a forma de como se olha para as pessoas com deficiência.

por instrumentos que possibilitam seu processo e a sua avaliação nas escolas comuns, centros de AEE público ou conveniados (BRASIL, 2008b).

Os regulamentos em vigor, apresentam o AEE como orientador das práticas educativas nas instituições escolares. Citam a Sala de Recursos Multifuncional (SRM) como o espaço/tempo em que ocorre o atendimento complementar e suplementar às estratégias pedagógicas comuns de ensino empreendidas com os estudantes com deficiência (intelectual, auditiva, visual, múltipla), altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2009b, 2010a, 2011, 2014a).

Destarte, a SRM apresenta-se como uma modalidade do AEE, que, conforme Resolução n° 4 (BRASIL, 2009b) aponta as diretrizes para este atendimento. De acordo com o estabelecido no Art. 5°:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus Sertão*, em 2019, inaugura a SRM e contrata, a partir de edital, uma docente especializada, de modo a atender os estudantes com especificidades. Nesse intento, o IFRS - *Campus Sertão* além de dar conta da Lei, também atende a sua missão

Ofertar **educação** profissional, científica e tecnológica, **inclusiva**, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais (IFRS, 2018a, p. 44, grifo nosso).

A SRM necessita assegurar condições e disponibilizar mobiliário, materiais didático-pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos estudantes que estão inscritos no AEE no contraturno escolar. Conforme Schlünzen (2000, p. 82), os atendimentos devem ser realizados com o intuito de despertar o interesse dos estudantes, motivá-los a “explorar, a pesquisar, a descrever, a refletir, a depurar as suas ideias”.

Deste modo, este estudo tem por finalidade conhecer acerca dos conceitos e fundamentos do AEE em instituições de ensino regular, de modo a embasar um relato de experiência acerca da construção e aplicação de materiais didático-pedagógicos no ensino de estudantes no AEE, no IFRS - *Campus Sertão*. Para tanto, orienta-se em uma abordagem qualitativa, de objetivos descritivos e exploratórios, assim como pauta-se na técnica bibliográfica e documental, a partir de Alves (2006), Baptista e Christofari (2008), Bastos (2010), Batista (2013), Turchiello, Silva e Guareshi (2014), Tezzari (2015) e de documentos reguladores, tais como: Brasil (2014b, 2006, 2008b, 2009b, 2010b, 2011, 2014b, 2019) e IFRS (2014, 2018b, 2019). Está dividido em 02 (duas) partes: a) trata dos conceitos, finalidades e práticas pedagógicas do AEE; b) aborda a experiência de produção e aplicação de materiais didático-pedagógicos no AEE, na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

2. Atendimento educacional especializado: conceito, finalidades e práticas pedagógicas

Por muito tempo a chamada Educação Especial, organizou suas atividades de forma substitutiva as da escola “comum” ou regular, ou seja, atuou enquanto um sistema paralelo de ensino. O *lócus* da escolarização de estudantes com especificidades, público alvo dessa modalidade de ensino participava, em grande parte, em espaços separados e considerados ‘especializados’, como classes, escolas e instituições especiais. Esses locais foram por muito tempo, vistos como os mais adequados ou em muitos casos, a única alternativa de ensino de sujeitos que supostamente não se beneficiaram do ensino regular destinado aos demais alunos em idade escolar.

No final da década de 80, por “meio do paradigma da inclusão, inicia-se um movimento com base no princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar” (TURCHIELLO; SILVA; GUARESHI, 2014, p. 33). Nesse sentido, o movimento tem como concepção o direito de estudantes com especificidades frequentarem a escola regular, tendo como pano de fundo a valorização da diversidade.

Observa-se que nos últimos anos, as políticas públicas vêm organizando-se na modalidade de ensino relacionada com a Educação Especial numa perspectiva de Educação Inclusiva. Nessa acepção:

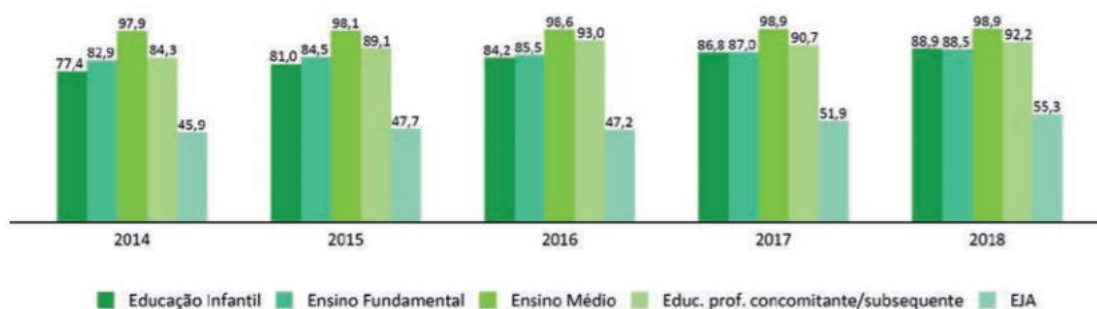
[...] a escolarização dos sujeitos considerados público alvo da Educação Especial deve ocorrer no ensino comum. A Educação Especial oferece apoio e serviços, de caráter complementar e/ou suplementar, que visam garantir a participação e a construção da aprendizagem desses alunos na escola regular (TURCHIELLO; SILVA; GUARESHI, 2014, p. 33).

Assim sendo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), reafirma o direito de todos os estudantes à educação no ensino regular, objetivando combater o paralelismo da Educação Especial ao ensino comum, sendo essa instituída como uma modalidade de ensino. O referido texto documento define a Educação Especial como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008b, p.10),

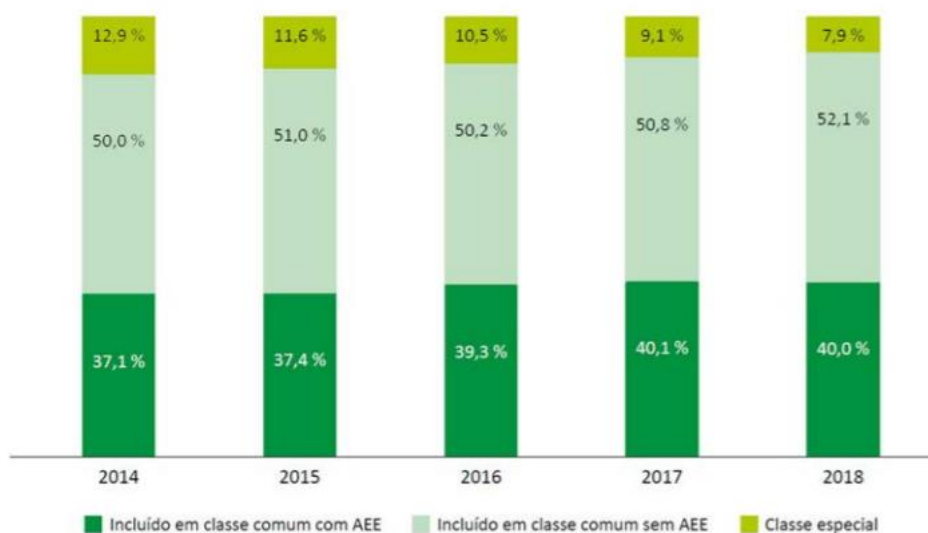
O gráfico 1 apresenta as matrículas de estudantes público alvo da educação especial incluídos em classes comuns e o gráfico 2, as matrículas desses estudantes com e sem AEE.

Gráfico 1- Percentual de alunos matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns segundo etapa de ensino – Brasil – 2014 a 2018



Fonte: Brasil, 2019.

Gráfico 2 - Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns, com e sem atendimento educacional especializado (AEE) ou classes especiais exclusivas – Brasil – 2018



Fonte: Brasil, 2019.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014b), enfatiza na Meta 4 que o país deve universalizar até 2024, para a população de 4 a 17 anos, público da Educação Especial, o acesso à Educação Básica, com a garantia de sistema educacional inclusivo. Esse avanço significativo das matrículas e da urgência de viabilizar, organizar e facilitar a implementação da Inclusão escolar, fez com que surgissem suportes, como o Atendimento Educacional Especializado, o qual pode ser realizado em todos os níveis e modalidades de ensino. Esse atendimento é definido na política da seguinte forma:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas

realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008b, p. 10).

Nesse sentido, e tendo em mente essa definição, percebe-se que o AEE deve ser ofertado aos estudantes de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, levando em consideração as especificidades e as necessidades de cada indivíduo, não sendo substitutivo ao ensino regular. Implica em uma atuação diferenciada, não reproduzindo “o mesmo conteúdo nem tampouco a metodologia adotada pela escola comum” (BATISTA, 2013, p. 122). O AEE pauta-se nas demandas e nas particularidades do estudante. Dito isso, o AEE deve acontecer no contra turno ao horário em que o aluno está na escola regular, beneficiando uma o trabalho da outra.

Logo, o AEE pode ser caracterizado por um conjunto de atividades, de recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como de adaptações curriculares de grande e de pequeno porte. Essas ações podem ser realizadas por pequenos grupos ou individualmente, em turnos contrários da escolarização. Em relação aos objetivos do AEE o Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011) dispõe:

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, p. 2).

O AEE envolve, prioritariamente, ações na Sala de Recursos Multifuncional do tipo I e II, na ação colaborativa com o professor na sala de aula comum e na produção de materiais acessíveis para os educandos. As Salas de Recursos Multifuncionais de Tipo I possuem: dois computadores, dois estabilizadores, impressora multifuncional, roteador wireless, teclado com colmeia, mouse com entrada para acionador, acionador de pressão, notebook, software para comunicação aumentativa e alternativa, bandinha rítmica, dominó de associação de ideias, material dourado, tapete alfabético encaixado, esquema corporal, memória de numerais, sacolão criativo, quebra cabeças superpostos – sequência lógica, alfabeto móvel e sílabas, caixa tátil, kit de lupas manuais alfabeto Braille, dominó tátil, memória tátil, plano inclinado – suporte para livro, uma mesa redonda, quatro cadeiras para a mesa redonda, duas mesas para computador, uma mesa para impressora, armário de aço e quadro branco (BRASIL, 2010b). Já, a sala de Tipo II são constituídas pelos mesmos materiais das salas de Tipo I acrescidas de recursos de acessibilidade específicos para alunos cegos: impressora Braille – pequeno porte, scanner com voz, máquina de datilografia Braille, duas regletes de mesa, quatro punções, dois soroban, dois guias de assinatura, globo terrestre tátil, kit de desenho geométrico, calculadora sonora, uma caixa de números e duas bolas com guizo (BRASIL, 2010b).

Alves (2006, p. 14) esclarece que a proposta de Educação Inclusiva, a partir do AEE realizado nas SRM, seja capaz de assegurar as necessidades específicas dos alunos. Assim, define o termo SRM, enquanto um espaço em que:

[...] pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos pode atender alunos com deficiência, autismo, hiperatividade ou outras necessidades educacionais especiais. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

Tezzari (2015), reforça que além do atendimento individual ou em grupo no contraturno da escola, o AEE abarca a mediação com o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula comum, a assessoria, a formação dos educadores do ensino regular e as parcerias estabelecidas com as famílias e com outras instituições (áreas de saúde, trabalho e ação social). A autora complementa que à organização do atendimento educacional especializado deve prever “[...] atividades alternativas àquelas da sala de aula, partindo-se dos recursos apresentados pelo sujeito” (TEZZARI, 2015, p. 133).

O professor que atua nestas salas tem as seguintes atribuições descritas no Art. 13º da Resolução nº 4 (BRASIL, 2009b):

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Assim, segundo Alves (2006), o profissional que atua no AEE necessita conhecer sobre comunicação aumentativa e alternativa, sistema braille, orientação e mobilidade, soroban, ensino de língua brasileira de sinais (LIBRAS), ensino de língua portuguesa para surdos, atividades de vida diária, atividades cognitivas, aprofundamento e enriquecimento curricular, estimulação precoce, entre outros.

Ressalta-se que o AEE especializado deve integrar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição escolar e envolver a família, de modo a garantir o acesso e a atuação dos estudantes nos atendimentos. O referido atendimento necessita ocorrer atrelado às demais políticas públicas (BRASIL, 2011). Nesta

perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), na busca da implementação de uma instituição da EPT de ensino pública, gratuita, de qualidade e de igualdade de condições ao acesso, à permanência e ao êxito no percurso formativo, para compor sua Política de Ações Afirmativas, implementa diretrizes e ações de serviços de AEE aos estudantes com especificidades. O AEE, no IFRS, está vinculado ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o qual implanta estratégias de inclusão, de permanência e de saída exitosa para o mundo do trabalho de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PNEEs); articula os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades; busca parcerias com entidades de atendimento de PNEEs; incentiva e/ou realiza pesquisa e inovação no que tange à inclusão de PNEEs; promove quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais nos *campi* (IFRS, 2014).

O regulamento das ações a serem desenvolvidas no IFRS estão contidas na Instrução Normativa Nº12 (IFRS, 2018b), a qual, regulamenta os fluxos e os procedimentos de identificação, de acompanhamento e de realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com especificidades do IFRS. Nessa perspectiva, o fluxo de todos os procedimentos a serem realizados ultrapassam, a equipe do NAPNE e vinculam-se a esfera institucional, incluindo professores e coordenadores, bem como, familiares e o próprio aluno. A instrução normativa, vem acompanhada de várias possibilidades que podem ser desenvolvidas para atender o público alvo do AEE, sendo esses, “estudantes com necessidades educacionais específicas que, em decorrência de deficiência, transtornos funcionais específicos, limitações transitórias ou permanentes, ou altas habilidades, necessitam de adaptações curriculares” (IFRS, 2018b, p. 01), de qualquer curso ou modalidade do IFRS.

Uma ação importante que acompanha a referida instrução, é o Plano Educacional Individualizado (PEI):

§ 2º O PEI é um recurso pedagógico com foco individualizado no estudante e tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência ou outras especificidades. É um registro das adaptações individualizadas que são necessárias para o estudante alcançar as expectativas de aprendizagem definidas para ele, no qual deve haver registro dos conhecimentos e habilidades prévios que identificam o repertório de partida, acompanhar a evolução em direção aos objetivos, e traçar novas estratégias de ensino e aprendizagem. É uma proposta pedagógica compartilhada, que deve ser construída de forma colaborativa pelos profissionais da instituição de ensino, pais e/ou responsáveis e, quando possível, pelo próprio estudante (IFRS, 2018b, p. 01).

Essa ferramenta pedagógica, viabiliza aos professores e a instituição pensar e planejar atividades que levem em consideração as especificidades e as subjetividades de cada estudante público do AEE. Ressalta-se, que também faz jus ao PEI, estudantes que apresentam outros tipos de necessidade educacional específica como: dislexia, disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade ou outra condição limitante da aprendizagem.

O PEI deverá ser entregue no NAPNE/Núcleo de Ações Afirmativas (NAAF) ou Setor Pedagógico, ao final de cada etapa do período letivo (trimestre ou semestre), que manterá uma pasta com o registro de todas as adaptações curriculares realizadas pelos docentes a cada estudante com especificidades. Ao finalizar o curso, os registros das adaptações curriculares, atas de reuniões com os professores e atas de planejamentos devem ser arquivadas na pasta de cada um dos alunos do AEE.

Considerando o exposto, na seção que segue, é possível sinalizar possíveis contribuições na área. Assim, apresenta-se alguns materiais didático-pedagógicos que visam a contribuir nas ações inclusivas realizadas pelo AEE, na SRM, no IFRS - *Campus Sertão*.

3. Materiais didático-pedagógicos: uma experiência no atendimento educacional especializado na Educação Profissional e Tecnológica

O AEE no IFRS - *Campus Sertão* atende 20 educandos com especificidades do ensino médio integrado, subsequente, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e superior “[...] no sentido de propor novas alternativas de organização pedagógica para responder às limitações de uma escola tendenciosamente seletiva e marcada pela repetência e pela evasão” (BAPTISTA; CHRISTOFARI, 2008, p. 415). As especificidades atendidas, até o momento, são de alunos com dificuldades na aprendizagem, quadro de esquizofrenia, quadro de deficiência intelectual associada a microcefalia, quadro de deficiência intelectual e transtorno de ansiedade, quadro de deficiência intelectual leve combinado com déficit de atenção e hiperatividade, dificuldades socioeconômicas e culturais.

Apesar de Bastos (2010), indicar que a SRM tenha que ser um espaço organizado com materiais didáticos e pedagógicos e dispor de profissionais com formação para o atendimento das especificidades, os atendimentos, no IFRS ocorrem em uma SEM ainda em construção, com poucos materiais didáticos, recursos pedagógicos e equipamentos. Conta com uma profissional (psicopedagoga) e dois voluntários do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, bem como mantém uma parceria com o Projeto de Ensino ‘Produção de estratégias e de materiais didático-pedagógico de apoio ao docente da Educação Profissional e Tecnológica’, o qual contribui significativamente no planejamento das possíveis estratégias e na confecção, elaboração e adaptação de materiais. Os atendimentos são realizados individualmente e em pequenos grupos, em horários e dias agendados, desde que sejam no contraturno das aulas no ensino regular.


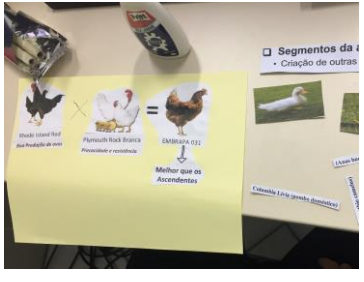
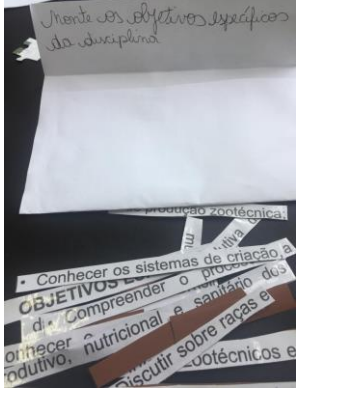
Para tanto, utiliza-se de materiais didático-pedagógicos tais como: jogos, quebra-cabeça, memória, palavras-cruzada, trilhas, leitura, escrita, desenho e pintura de histórias, ferramentas e ambientes virtuais de aprendizagem, leituras e elaboração de memórias, construção de portfólios por imagens, dentre outros. Estes são disponibilizados e adequados conforme as especificidades dos alunos e de acordo com as possibilidades e com as estratégias de ensino e aprendizagens pensadas pelos professores das unidades curriculares regulares frequentadas por cada um.

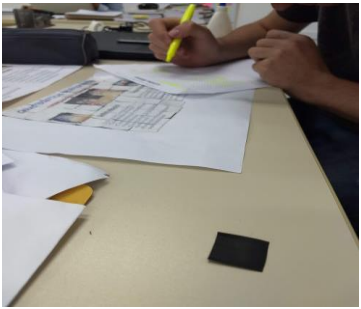

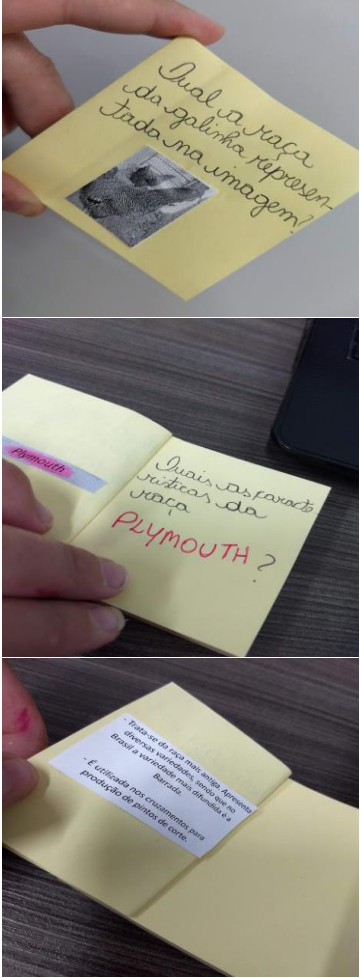
Para a confecção de grande parte dos materiais como já mencionado, há a parceria com o Projeto de Ensino ‘Produção de estratégias e de materiais didático-pedagógico de apoio ao docente da Educação Profissional e Tecnológica’, que tem por objetivo auxiliar e contribuir com o docente na pesquisa, sugestão, instrumentalização e criação de materiais didático-pedagógicos para mediar o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula (IFRS, 2019).

Assim, foram selecionados e elaborados 50 materiais de apoio didático-pedagógico sobre os temas: avicultura, olericultura e cultura anuais. Para a confecção dos mesmos foram utilizados: imagens coloridas, papéis coloridos de várias tipos e em formatos diferentes, canetas coloridas, cola, entre outros. Por meio de linguagem simples e abordagem direta, os materiais foram projetados para que o estudante com especificidade aprenda conceitos relevantes vinculados às unidades curriculares do ensino regular, de forma atrativa e dinâmica. No quadro 1, verifica-se o nome, a imagem ilustrativa, os materiais utilizados para confecção e a descrição de algumas das atividades.

Quadro 1 - Materiais didático-pedagógicos confeccionados

Nome	Imagem Ilustrativa	Materiais Utilizados	Descrição/Dinâmica

<p>Quebra cabeça</p>		<p>Papel branco, imagens coloridas, cola e cartolina.</p>	<p>O jogo de quebra cabeça, foi utilizado com a finalidade de estudar conteúdo trabalhado na Unidade Curricular de Avicultura. Além disso, proporcionar ao aluno envolvido, desenvolvimento físico, neurológico, psicomotor, capacidade de concentração, noção espacial, percepção visual e mediação de conhecimento sobre os assuntos estudados.</p>
<p>Jogo de Associação e Descrição</p>		<p>Folhas coloridas, figuras de aves, cola e tesoura.</p>	<p>Esse jogo teve como objetivo proporcionar a aprendizagem por meio da imagem (visual) e sua descrição/ características e especificidades do conteúdo relacionado com “raças” de aves.</p>
<p>Jogo de Montar</p>		<p>Folha de papel branco e impressões de texto na cor preta.</p>	<p>O objetivo nesse jogo é relacionar com o desenvolvimento da leitura, da memória e da organização, no intuito de proporcionar ao aluno, aprendizagem sobre a unidade curricular que irá frequentar.</p>

<p>Palavras-Cruzadas</p>		<p>Folha de papel branco, caneta marca texto colorida e impressão.</p>	<p>As palavras-cruzadas tem como propósito a fixação do conteúdo de forma reflexiva e atrativa por meio de perguntas com respostas na atividade a ser realizada.</p>
<p>Jogo de Baralho</p>		<p>Folhas coloridas, cartas de baralho, figuras.</p>	<p>O jogo de baralho tem como finalidade associar o conceito com a imagem correspondente de determinada unidade curricular facilitando a compreensão e interpretação.</p>
<p>Poist-it</p>		<p>Figura relacionada ao tema abordado, marca texto, cola, poist-it, tesoura</p>	<p>O <i>post-it</i> tem como objetivo auxiliar na memorização e aprendizado dos estudantes de modo versátil, rápido e fácil. Possui perguntas/imagens/frases na frente e respostas no verso.</p>

--	--	--	--

Fonte: Autoras, 2019.

O objetivo principal da aplicação dos materiais didático-pedagógicos é desenvolver “[...] estratégias de aprendizagem, centradas em um novo saber pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos” (ALVES, 2006, p. 13). Nessa perspectiva, o processo de ensino e aprendizagem visa também, à construção da identidade do sujeito participante e o relacionamento com o desenvolvimento de suas potencialidades, dentre outros. Nesse sentido, o desafio posto aos educadores é favorecer a construção dessas habilidades e competências; proporcionar o desenvolvimento das potencialidades, as quais possam contribuir para sua formação; promover as condições necessárias para a participação integral desses sujeitos e; garantir o serviço de apoio especializado, de acordo com cada especificidade. Além dessas questões, pode-se enfatizar, que a partir da utilização dos materiais no trabalho pedagógico acontece a transversalidade das ações relacionadas com o ensino, assegurando as condições necessárias para a continuidade dos estudos realizados por esses indivíduos participantes dessas propostas.

Até o momento, o AEE no IFRS – *Campus Sertão* ainda está dando seus primeiros passos na colaboração e no fomento do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, constata-se no trabalho pedagógico realizado e vivenciado que, as intervenções já realizadas estão complementando com eficácia a construção da aprendizagem dos estudantes com especificidades em processo de inclusão escolar no IFRS – *Campus Sertão*.

4. Considerações finais

Diante do exposto, é possível vislumbrar que a legislação atual já avançou no que concerne a efetivação do direito à educação dos estudantes com especificidades. Todavia, o AEE apesar de estar regulamentado em lei, ainda é um desafio, sendo considerado como uma prática diferenciada e facilitadora da inclusão, ofertada por algumas instituições de ensino. A inserção, implementação e operacionalização do AEE no IFRS – *Campus Sertão* está de acordo com a sua política de ações afirmativas e permite para além de ser uma instituição pública de ensino gratuito e de qualidade em todas as modalidades de ensino, valorizar as potencialidades e as especificidades de cada educando no viés da transformação social, apoiando o desenvolvimento de uma educação para todos com equidade nas ações propostas. Embora o presente estudo não permita generalização de dados, pode-se inferir que o AEE tem viabilizado a inclusão no IFRS – *Campus Sertão*.

O uso de materiais didático-pedagógicos no AEE no IFRS - *Campus Sertão* tem demonstrado novas roupagens em contraponto a educação tradicional e as práticas excludentes, que por sua vez, ainda são vivenciadas em muitas instituições de ensino. Acredita-se que é possível aderir a novas propostas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico no AEE, em SRM, propiciando atividades como jogos, leituras, dinâmicas, entre outras e rompendo com a visão conservadora de “segregar” os estudantes com especificidades.

Em face ao estudo realizado e das considerações apontadas, o uso dos materiais didáticos no AEE têm corroborado para a construção de aprendizagens e para sustentar e defender o exercício da dignidade humana e da cidadania de cada estudante, conforme promulga os Direitos Humanos. Portanto, é imprescindível outras pesquisas que discutam os desafios, os entraves, as contribuições e as possibilidades do AEE nas instituições de ensino, uma vez que se entende que é uma oportunidade de visibilidade e de cidadania a todos educandos na rede regular de ensino. Além disso, sabe-se que os espaços educacionais são dinâmicos e por estarem sempre em movimento, necessitam de investigações que permitam aprofundar as análises que visam a facilitar o processo de ensino e aprendizagem, em qualquer circunstância. Sugere-

se o estudo com egressos no AEE, de modo a verificar a relevância das atividades desenvolvidas neste espaço para a promoção e o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Referências

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BATISTA, C. A. M. Atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência mental. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis: Vozes, 2013.

BAPTISTA, C. R.; CHISTOFARI, A. Políticas de inclusão escolar na rede municipal de ensino de Porto Alegre: processos educativos e avaliação da aprendizagem. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 3, n. 3, p. 412-427, set./dez. 2008.

BASTOS, F. L. **Curso de AEE – Atendimento Educacional Especializado.** Impactos no Ambiente Escolar dos Egressos. 2010. Xx. 43f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Educação Especial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Unesco, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Unesco, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: MEC, 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/ Seesp, 2008b.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: MEC, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.04/09.** Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n. 11/10 SEESP/GAB**. Orientações específicas sobre a institucionalização da oferta do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, em escolas regulares. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília: mec/seesp/dpee, 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 7.611/11**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL. **Programa Incluir**. Documento orientador: acessibilidade na educação superior. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n. 04/2014/MEC/SECADI/DPEE**. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Brasília, 2014a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL. MEC. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: MEC, 2014b.

BRASIL. **Resumo técnico censo da educação básica 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Resolução nº 020, de 25 de fevereiro de 2014**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao-20-14.pdf> Acesso em: 20 out. 2019.

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023**. Aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 84, de 11 de dezembro de 2018. 2018 a. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-FINAL-2018_Arial.pdf Acesso em: 09 out. 2019.

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Instrução Normativa Nº 12, de 21 de dezembro de 2018**. Regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com

necessidades educacionais específicas do IFRS. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/IN-12-2018-PEI-publicacao.pdf> Acesso em: 01 nov. 2019.

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Projeto de Ensino Produção de estratégias e de materiais didático-pedagógico de apoio ao docente da Educação Profissional e Tecnológica**. Mimeo, 2019.

MENEZES, E. C. P. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. Tese (doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2011.

RECH, T. **A emergência da inclusão escolar no Governo FHC: movimentos que tornaram uma “verdade” que permanece**. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2010.

SCHLÜNZEN, E. T. M. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista, contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. 252 f.

TURCHIELLO, P.; SILVA, S. S. M.; GUARESCHI, T. **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a Prática Pedagógica**. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2014.

TEZZARI, M. L. Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos: A potencialidade de uma proposta diante de novos contextos e novas demandas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). **Escolarização e Deficiência: Configurações nas Políticas de Inclusão Escolar**. São Carlos: Marquezine & Manzini, ABPEE, 2015, p.129-146.

Recebido em: 29/05/2020

Aceito em: 10/11/2020

Endereço para correspondência:

Nome Ana Sata Castaman

Email ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)